

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para provimento de 9 postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal, sendo de entrada imediata, 3 na carreira e categoria de Assistente Técnico e 6 na carreira e na categoria de Assistente Operacional

#### ATA N.º 13

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas onze horas, reuniu o Júri do procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de 3 postos de trabalho para a carreira e categoria de Assistente Técnica e 6 postos de trabalho para a carreira e categoria de Assistente Operacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 151, através do Aviso n.º 16550/2024/2, e com os registos na Bolsa de Emprego Público (BEP) com os códigos OE202408/0153, OE202408/0161, ambos de 6 de agosto de 2024.

Estiveram presentes os seguintes membros de Júri:

**Presidente:**

**Isabel Santos**, Técnica Superior;

**Vogais Efetivos:**

**Sónia Pereira**, Técnica Superior;

**Sónia Vicente**, Técnica Superior.

A reunião do júri teve por objetivo deliberar sobre a elaboração do projeto lista unitária de ordenação final e publicitação do projeto lista unitária de ordenação final e averiguação de eventuais de igualdade de valoração e recurso a critérios de desempate

Em conformidade com o disposto no artigo 36º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e no artigo 17º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada de "Portaria", foram aplicados os métodos de seleção obrigatórios "Prova de conhecimentos" e "Avaliação Psicológica".

A Entrevista de Avaliação de Competências, foi ainda, aplicada enquanto método de seleção facultativo, ao abrigo do preceituado no nº 4 do artigo 36º da LFTP e nº 2 do artigo 18º da Portaria.

A ordenação final dos candidatos que completaram o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente de classificação, na escala classificativa de 0 a 20 valores.

O Júri deliberou recorrer aos critérios de desempate previstos no artigo 24º da Portaria, em virtude de existir candidatos com situações em igualdade de valoração.

Por último o Júri elaborou o projeto de lista de ordenação final dos candidatos, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 23º da Portaria, encontrando-se o mesmo vertido no Anexo I e II à presente Ata, sob o título "Projeto de Lista Unitária de Ordenação Final", da qual faz parte integrante.

O Júri deliberou notificar os candidatos, para em sede de audiência prévia, dizerem o que se lhes oferecer sobre o projeto de lista unitária de ordenação final, dispondo para o efeito, de um prazo de dez dias úteis, mediante a utilização de formulário tipo, disponível na página eletrónica da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, em <https://jf-cascaisestoril.pt/index.php/freguesia/concursos>.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 12h00 horas, da qual elaborada a presente ata, que depois de lida, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri.

O Júri

Presidente



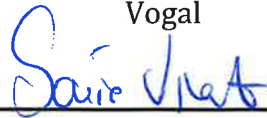
Isabel Santos

Vogal



Sónia Pereira

Vogal



Sónia Vicente